

Burla no orçamento

Ruy Lopes

JORNAL DE BRASÍLIA

22 DEZ. 1988

O orçamento que o presidente Sarney vai sancionar não é o orçamento aprovado pelo Congresso. O que houve com os números votados não se sabe, mas, seguramente, não são os que constam do autógrafa encaminhado ao Palácio do Planalto.

Desde o início a tramitação da proposta orçamentária foi complicada. A antiga Constituição estipulava que o Executivo deveria submeter o projeto ao Parlamento até fins de agosto, e assim se fez. Aliás, prazos semelhantes são observados pelas instituições do mundo inteiro, de vez que o trabalho de conferência e adaptação de um orçamento é necessariamente longo.

Temos, então, que o Executivo mandou ao Congresso, dentro do prazo constitucional, um projeto de quase mil páginas, cujo detalhamento envolvia outras milhares de páginas. Um enorme calhamaço. Só que, nesse meio tempo, entrou em vigor a nova Constituição e, com ela, veio a possibilidade de se alterar o orçamento até o início do processo de votação no Legislativo.

Quando os relatores das diversas partes em que se divide o orçamento já haviam concluído o trabalho, e a matéria estava pronta para a apreciação do plenário, o Executivo encaminhou outra mensagem, modificando substancialmente a primeira. E, dias depois — uma semana antes do recesso parlamentar — remeteu uma terceira mensagem, mudando tudo outra vez.

Parece óbvio que, em tão exíguo prazo, o Congresso não poderia fazer uma análise competente das propostas, tarefa humanamente impossível. E esse processo tumultuado culminou com a votação simbólica, feita em poucos minutos, na calada da noite. Para o grande público, fi-

cou a impressão de uma certa irresponsabilidade do Legislativo no trato de questão de tamanha importância.

Infelizmente, os problemas não acabaram aí. Agora se está descobrindo que o projeto aprovado pelo Congresso sofreu alterações de monta. Muitas emendas aprovadas simplesmente não foram incluídas; dotações que passaram íntegras, porque não houve sequer apresentação de emendas, figuram no texto final com outros valores.

O equívoco — ou a fraude — pode ser facilmente identificado. O parecer do relator, senador Almir Gabriel, estabelece um índice de correção monetária para todo o orçamento. O número é 7,165957008. Ou seja, um inteiro seguido de nove decimais, para que os valores fossem calculados exatamente.

Acontece que a dotação prevista para o Ministério da Ciência e Tecnologia era de exatos 156 bilhões, 109 milhões, 971 mil cruzados na proposta original. Esse valor, multiplicado por aquele índice de correção, daria 1 trilhão, 118 bilhões, 676 milhões e oito mil cruzados. Só que a peça remetida à sanção presidencial atribui ao MCT a importância de 1 trilhão, 27 bilhões, 739 milhões e 5 mil cruzados. Sumiram nada menos de 90 bilhões de cruzados, fora os trocados.

E não foi erro de multiplicação ou coisa parecida. Há projetos — como o do satélite sino-brasileiro — que perderam dez bilhões de cruzados e se tornaram inviáveis. Agora é previsto ver se o que vale é o projeto aprovado pelo Congresso ou essa arrumação que fizeram em algum desvão institucional, entre o Parlamento e o Executivo.